

Guia de Boas Práticas de Segurança para E-Commerce

Comitê de Segurança e Prevenção a Fraude

Versão 10.04.2012



Realizar negócios através da Internet é uma alternativa de alto valor estratégico para os empresários que optaram por investir neste segmento. Os limites geográficos são removidos e os custos operacionais são consideravelmente menores em comparação com os negócios baseados em lojas físicas.

Este é um mercado que tem se desenvolvido em ritmo elevado e a tendência é que este curso de elevação seja mantido pois, com o crescimento da economia e as ações do governo federal no sentido de democratizar o acesso a tecnologia se espera um aumento expressivo no volume de novos consumidores na Internet, sobretudo aqueles que recentemente alcançaram a classe média.

Um cenário tão favorável para novos negócios e com alta circulação de dinheiro desperta o interesse de criminosos que buscam tornar seus golpes cada vez mais sofisticados à medida que a tecnologia evolui.

Se proteger desta modalidade de crime é uma tarefa que exige o esforço de todos. No entanto, as pequenas e médias empresas são as que se tornam mais vulneráveis ao crime eletrônico, devido ao fato de que, para manterem custos competitivos, geralmente não possuem profissionais com foco em desenvolver e manter ambientes e sistemas seguros.

Acreditamos que a chave para a proteção do mercado, sobretudo o do comércio eletrônico, reside no compartilhamento do conhecimento. Desta forma, este guia possui o objetivo orientar empresários, profissionais de infraestrutura tecnológica e desenvolvedores de sistemas ligados ao Comércio Eletrônico no sentido de proteger suas aplicações web reduzindo riscos de ataques, comprometimento de informações e fraudes. Serão descritas aqui as formas mais comuns de ataques na Internet e formas de proteção com uma linguagem acessível, de acordo com a atividade desempenhada por cada profissional.

Boa leitura.



Sistemas para computadores possuem falhas. Em uma venda através de um portal de comércio eletrônico estas falhas podem estar presentes no computador do cliente, no caminho entre o cliente e a loja virtual, ou na forma em que a loja virtual foi desenvolvida ou configurada.

Os criminosos que agem na internet procuram explorar estas falhas. Geralmente estas pessoas utilizam aplicativos específicos para levantar informações sobre um determinado site, entendendo assim como ele funciona e buscando vulnerabilidades em sua operação.

Os ataques podem ter os mais variados objetivos (tornar o site alvo indisponível, utilizar o site alvo como disseminador de vírus, etc). No entanto, para efeito deste guia, iremos manter o foco no crime que possui o objetivo de obter dados de cartão no comércio eletrônico. Este pode ocorrer por meio de um dos tipos de ataque abaixo ou, em casos mais sofisticados, utilizar a combinação de elementos de todos os tipos relacionados:

- Captura de dados em trânsito
- Ataques ao cliente
- Ataques ao Comércio Eletrônico

1. Formas de ataque visando dados de cartão

1.1. Captura de Dados em Trânsito

Uma venda através de um site de comércio eletrônico pode ser considerada, em uma perspectiva simplificada, como um conjunto de dados que partem da estação do cliente que realiza a compra com destino a loja virtual e posteriormente desta para as instituições responsáveis pela autorização da transação. Na internet existem pessoas que se dedicam a interceptar informações no tráfego de maneira criminosa.

Desta maneira, É importante que todos os canais pelos quais os dados são trafegados estejam protegidos e a melhor solução para este caso é tornar o tráfego criptografado.

Por isso, todas as páginas que lidem com dados confidenciais (aqueles que dizem respeito somente a você e seu cliente, como por exemplo, a página onde se solicitam os dados do cliente, os dados do cartão, etc), devem trafegar em páginas conhecidas como "conexão segura", ou seja, as que usam o protocolo HTTPS — SSL (Secure Sockets Layer). Peça ao seu desenvolvedor do site para que estas páginas ou formulários trafeguem desta maneira.



Ataques ao Cliente

Com a modernização dos dispositivos de segurança presentes nas empresas, os fraudadores geralmente migram o foco de seus ataques para o lado do cliente, que na maioria dos casos possui o menor nível de proteção.

Os criminosos buscam se aproveitar da ingenuidade do usuário para enviar mensagens que ocultam vírus. Estes vírus possuem a função de obter dados pessoais e de cartão, na maioria dos casos exibindo telas para que o próprio usuário forneça estas informações para o programa que as envia para o fraudador.

A melhor arma contra este tipo de técnica é a de elaborar os seus processos de negócio de modo que não seja necessária a obtenção de nenhum dado pessoal após o seu cadastro inicial e que seu cliente seja constantemente informado em todos os canais de venda de que sua empresa não envia solicitações de recadastramento ou solicitação de dados pessoais por email ou redes sociais. Assim sua relação de parceria com os seus clientes se torna mais próxima e você se protege do uso inadequado de sua marca.

1.2. Ataques ao Site de Comércio Eletrônico

Uma empresa pode sofrer ataques por meio de vulnerabilidades em sua infraestrutura tecnológica (servidores, equipamentos de rede, etc.), vulnerabilidades em seus processos internos e vulnerabilidades em seus sistemas.

1.2.1. <u>Vulnerabilidades na Infraestrutura</u>

Todo servidor, sistemas operacionais e dispositivos de rede ao serem instalados possuem uma configuração básica de fábrica, porém este tipo de configuração não é a mais segura e geralmente é mantida em boa parte das empresas, pois é de interesse dos administradores que todos os equipamentos estejam disponíveis o mais rápido possível.

Estes ambientes são os que os criminosos mais procuram, pois há muita documentação disponível sobre suas fragilidades como vulnerabilidades conhecidas e senhas padrão. Portanto é importante configurar os ambientes de acordo com as necessidades pelas quais estes foram designados e manter um processo contínuo de atualização de todos os sistemas com as correções disponibilizadas pelo fabricante. Garanta que estas configurações sejam efetuadas onde o seu site está hospedado, seja em sua própria infraestrutura ou em um provedor de hospedagem.



Caso o criminoso obtenha acesso não autorizado a um determinado equipamento, este buscará acessar o maior número de computadores da empresa alvo de seu ataque. Desta maneira, é importante que existam barreiras que limitem os acessos dentro da empresa.

A primeira barreira deve ser estabelecida na rede. Dispositivos como firewalls cumprem esta função agindo como a primeira camada de proteção do perímetro. Através do uso de firewalls é possível determinar quais equipamentos podem estabelecer conexão com os servidores mais críticos de sua empresa.

A segunda barreira, que não substitui o uso de firewalls mais complementa a sua proteção, é a ativação e mecanismos de controle de acesso. Nem todos os empregados da empresa e prestadores de serviço precisam ter acesso a todas informações para desempenhar as suas atividades. Desta maneira é importante configurar os sistemas para conceder os acessos às equipes de acordo com a sua função. Quanto maior for o acesso concedido de maneira inadequada, maior será o potencial para a ocorrência de fraudes e erros operacionais com base neste acesso.

Uma política de acessos bem estabelecida pode ser inútil caso os empregados e prestadores de serviço possuam o comportamento de compartilhar usuários e senhas. Em caso de fraudes ou outros tipos de incidente não será possível determinar quem realizou a ação. Desta forma os empregadose prestadores de serviço devem ser encorajados a considerar as senhas como uma informação individual e intransferível.

Mais informações e regras para a proteção de sua infraestrutura na versão do Administrador de Infraestrutura presente neste guia.

1.2.2. Vulnerabilidades em sistemas

A existência de falhas em sistemas de mercado, os expondo a ataques remotos é de conhecimento de boa parte da comunidade que interage diariamente com a tecnologia pois alcança a mídia e se torna um assunto do cotidiano.

No entanto, a maioria das empresas desenvolvem sistemas internos que, ao contrário do que se pensa, possuem vulnerabilidades tão graves quanto as que ocorrem em sistemas de mercado. Atualmente, muitos dos ataques aos servidores disponíveis na internet ocorrem porque o sistema desenvolvido possui falhas que ao serem exploradas resultam no acesso não autorizado ou na possibilidade de tornar o sistema indisponível.

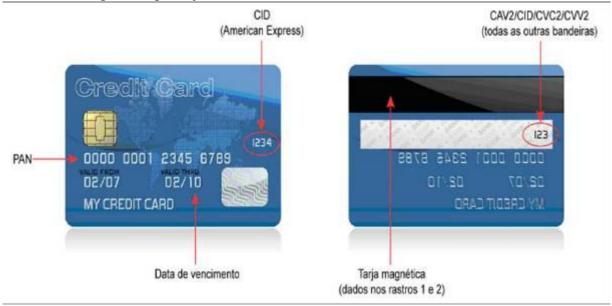


Nenhum software é inviolável. Desta maneira, o que realmente protege um software é uma rotina que privilegie a segurança em todo o ciclo de vida do software (especificação, desenvolvimento e manutenção).

2. Dados de Cartões de Pagamento

São considerados como dados de cartões utilizados em operações de comercio eletrônico, as seguintes informações são:

- Número do Cartão, ou PAN (Primary Account Number).
- Nome do Portador.
- Data de vencimento do cartão.
- Código de segurança.



Criminosos que realizam fraudes com cartões na Internet geralmente atacam ambientes de Comércio Eletrônico em busca de dados de cartão armazenados em seus servidores.

O armazenamento destas informações não é recomendável, porém ao se cogitar a possibilidade de armazená-las, sugerimos que seja feita análise critica em que seja questionado se estes dados são realmente necessários.

Caso seja necessário armazenar alguma informação do cartão esta deve ser feita somente da seguinte maneira:

Informação	Regra para armazenamento
Número do Cartão - PAN (Primary Account Number)	Armazenamento permitido somente de maneira parcial mantendo as seis primeiras e quatro últimas posições (ex.: ************************************
Nome do Portador	Se armazenado em conjunto com o número do cartão completo este precisa ser criptografado.
Data de vencimento do cartão	Se armazenado em conjunto com o número do cartão completo este precisa ser criptografado.
Código de segurança	Armazenamento não permitido

Mais informações e regras para o desenvolvimento de sistemas com segurança na versão do desenvolvedor de software presente neste guia.

3. Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento

O PCI Security Standards Council, conselho internacional com a representação de diversas entidades ligadas ao mercado de cartões, possui a função de criar padrões de segurança aplicáveis a todas as empresas que processam, transmitem ou armazenam dados de cartões.

O padrão considerado o principal é o Payment Card Industry – Data Security Standard (PCI DSS), em português Padrão de Segurança de Dados da Indústria de Cartões de Pagamento. O PCI DSS contempla de forma detalhada todas as regras para a segurança de um ambiente que atua com dados de cartão.

Versão do Administrador de Infraestrutura

O trabalho dos administradores de infraestrura envolve, na maior parte do tempo, o esforço para manter servidores, estações de trabalho e dispositivos de rede disponíveis. No entanto, deve fazer parte das atividades destes profissionais a padronização e parametrização dos dispositivos com foco em protegê-los de ataques.

Abaixo estão dispostas as regras para a parametrização de ambientes com foco na segurança das informações.

1. Proteção do perímetro

Ao iniciar o trabalho de proteção de uma plataforma tecnológica se deve definir um perímetro de segurança no qual serão agrupados os dispositivos de acordo com a sua função e interação com informações críticas. A partir do estabelecimento deste perímetro devem concedidas as permissões de acesso adequadas para cada dispositivo. Abaixo as regras para o estabelecimento de um perímetro de segurança:

- 1.1. Utilize firewalls para segregar as redes do ambiente. Evite usar roteadores para realizar esta função.
- 1.2. Procure utilizar firewalls com a função de "stateful inspection".
- 1.3. Analise o desenho de sua rede criticando se os dispositivos (servidores, switches, etc,) estão devidamente agrupados em redes específicas de acordo com a sua importância para o negócio. Caso estes ativos não estejam segregados desta maneira, considere separá-los. Esta atividade cria zonas de segurança por função, o que limita o alcance de um possível ataque.
- 1.4. Elabore uma DMZ com o objetivo de abrigar todos os dispositivos expostos à internet. Limite todo o tráfego de entrada somente para a DMZ.
- 1.5. Concentre os servidores de banco de dados em uma rede apartada, nunca os deixem expostos à internet.
- 1.6. Segregue através de firewalls os ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.
- 1.7. Estabeleça quais são as portas permitidas para a comunicação entre seus dispositivos e as documente. Esta atividade aumenta o controle e torna formal qual tipo de comunicação é permitida em seu ambiente.
- 1.8. Evite o uso de portas de comunicação reconhecidamente consideradas como vulneráveis como TELNET e FTP. Prefira soluções com criptografia como SFTP e SSH, quando necessário
- 1.9. Determine formalmente quais as pessoas que possuem a função de administrar

- os firewalls e outros dispositivos de rede.
- 1.10. Defina um processo formal para a manutenção e alteração de regras nos firewalls. Este processo deve contemplar uma solicitação de mudança para cada regra com a aprovação de pelo menos um gestor.
- 1.11. Caso possua redes sem fio em seu ambiente, segregue-as através de firewall concedendo somente os acessos necessários para os equipamentos com origem nestas redes.
- 1.12. Configure os pontos de acesso wireless para usar somente o padrão de criptografia de autenticação WPA2 com chaves longas.
- 1.13. Nunca utilize o padrão de criptografia de autenticação WEP.
- 1.14. Proíba qualquer acesso originado na internet que tenha como destino algum equipamento da rede interna.
- 1.15. Utilize o mascaramento de IP (Network Address Translation NAT) para todo o tráfego de saída para internet.
- 1.16. Não utilize senhas padrão de fábrica em nenhum dos equipamentos.
- 1.17. Configure os dispositivos de rede para gerar logs de todos os eventos realizados com privilégios administrativos.
- 1.18. Configure os dispositivos de rede para gerar logs de todos os eventos cuja tentativa de acesso resultou em falha.
- 1.19. Configure os logs para manter os dados de data/hora do evento; identificação do usuário; tipo de evento; indicação de sucesso ou falha e a indicação de qual componente foi alterado ou sofreu uma tentativa de alteração.
- 1.20. Centralize os logs dos dispositivos de rede e servidores em um servidor com esta função.
- 1.21. Desabilite a função SOURCE-Routing em roteadores, evitando a possibilidade de inserção não autorizada de rotas nos dispositivos.
- 1.22. Desabilite a função PROXY-ARP em roteadores, evitando a possibilidade de obtenção não autorizada de informações do dispositivo.
- 1.23. Instale um software de IPS/IDS e o monitore constantemente.

2. Proteção do Tráfego

Os controles abaixo possuem o objetivo de evitar que informações sensíveis sejam obtidas de forma não autorizada através da captura de dados em trânsito.

- 2.1. Utilize obrigatoriamente a criptografia SSL V3 impedindo a conexão por meio do uso de versões antigas do SSL. Esta regra é aplicada através da alteração da configuração de seu webserver¹.
- 2.2. Somente utilize certificados digitais de autoridades certificadoras válidas.
- 2.3. Monitore a validade do certificado digital e busque adquirir um novo com antecedência à expiração do certificado instalado.
- 2.4. Somente administre dispositivos utilizando protocolos com criptografia como SSH.
- 2.5. Somente realize a troca de arquivos entre dispositivos utilizando protocolos com criptografia como SFTP.
- 2.6. Proíba o tráfego de dados de cartão via e-mail, instant messaging, Skype, etc.

2.7.

3. Proteção de Servidores e Estações de Trabalho

Os controles abaixo possuem o objetivo de estabelecer padrões para a configuração de servidores e estações de trabalho sob a perspectiva da segurança das informações.

- 3.1. Sempre que possível, determine, sobretudo na DMZ, uma função por servidor. Manter diversos serviços em um servidor (web server e banco de dados, por exemplo) acarreta na ativação de diversos serviços por máquina, o que pode torná-la vulnerável.
- 3.2. Sempre altere as configurações de qualquer dispositivo antes de instalá-lo em produção evitando manter qualquer configuração de fábrica como usuários e senhas, acessos, etc.
- 3.3. Desabilite todos os serviços e protocolos desnecessários para a funcionalidade do servidor.
- 3.4. Estabeleça uma política de senhas da seguinte maneira:
 - 3.4.1. Comprimento mínimo de 8 caracteres;

-

¹ Informações sobre como impedir o acesso ao seu webserver IIS da Microsoft com versões antigas do SSL podem ser obtidas em http://support.microsoft.com/kb/187498 Para servidores Apache, o guia para configuração pode sem obtido em http://httpd.apache.org/docs/2.0/ssl/ssl howto.html .

- 3.4.2. Período de expiração de no mínimo 45 dias;
- 3.4.3. Obrigatoriedade de que a senha seja composta de caracteres numéricos e alfanuméricos;
- 3.4.4. Obrigatoriedade de o usuário, ao compor uma nova senha não utilize nenhuma das quatro senhas anteriores;
- 3.4.5. Bloquear a conta do usuário após cinco tentativas de acesso sem sucesso;
- 3.4.6. Manter o usuário bloqueado de acordo com a regra 3.4.5 (acima) por 30 minutos ou até o desbloqueio do administrador.
- 3.5. A prática de compartilhamento de senhas entre os funcionários deve ser proibida.
- 3.6. Contas de acesso de serviço devem ser utilizadas somente para o uso em sistemas específicos, nunca devem ser usadas para o logon por usuários.
- 3.7. Configure os servidores para gerar logs de todos os eventos realizados a partir de usuários com privilégios administrativos.
- 3.8. Configure os servidores para gerar logs de todos os eventos realizados a partir de usuários de serviço.
- 3.9. Configure os servidores para gerar logs de todos os eventos cuja tentativa de acesso resultou em falha.
- 3.10. Configure os logs para manter os dados de data/hora do evento; identificação do usuário; tipo de evento, indicação de sucesso ou falha e a indicação de qual componente foi alterado ou sofreu uma tentativa de alteração.
- 3.11. Estabeleça mecanismos de controle de acesso para proteger os arquivos de log do acesso não autorizado.
- 3.12. Defina e documente um padrão de configuração para cada tipo de dispositivo de sua rede.
- 3.13. Revise os padrões de configuração periodicamente.
- 3.14. Não utilize softwares não confiáveis em seu ambiente.
- 3.15. Instale e mantenha atualizado um software de antivírus em todos os computadores que se apliquem.
- 3.16. Configure o software antivírus para realizar um scan completo em todos os computadores, pelo menos uma vez por semana.
- 3.17. Realize o controle de acessos, considerando que se deve limitar os acessos ao mínimo necessário para que os empregados e prestadores de serviço

realizarem as suas atividades.

- 3.18. Revise todos dos acessos, ao mínimo anualmente.
- 3.19. Mantenha todos os sistemas atualizados com as correções do fabricante.
- 3.20. Somente conceda acesso remoto (através da internet) aos empregados e prestadores de serviço por meio de VPNs.
- 3.21. Desabilite todos os acessos dos empregados e prestadores de serviço imediatamente após o seu desligamento da empresa ou encerramento do contrato de prestação de serviços.
- 3.22. Execute scans de vulnerabilidade ao mínimo trimestralmente.
- 3.23. Estabeleça procedimentos, com periodicidade ao mínimo anual, de teste de intrusão com foco na tentativa de exploração de vulnerabilidades em redes de sistemas operacionais.
- 3.24. Elimine as vulnerabilidades reportadas em, pelo menos um mês após a detecção.

4. Armazenamento de Dados de Cartão

Armazenar estas informações acarreta no risco de fraude e em investimentos destinados a proteção destes dados. Se este tipo de informação não é necessária para a continuidade dos processos de negócio de sua empresa, considere sua remoção. Caso contrário aplique as regras abaixo:

- 4.1. Somente armazene o número do cartão de maneira parcial mantendo somente as quatro últimas posições (ex.: ********1234) ou em modo criptografado.
- 4.2. Se o nome do portador do cartão e a data de vencimento forem armazenados em conjunto com o numero do cartão estes deverão estar em modo criptografado.
- 4.3. Não armazene em hipótese alguma as informações do código de segurança
- 4.4. Estabeleça uma política de expurgo dos dados do cartão em no mínimo um ano.
- 4.5. Monitore o acesso ao dado de cartão e investigue casos de acessos suspeitos

5. Criptografia

O armazenamento do número de cartão completo em conjunto com o nome do portador e data de vencimento requer o uso de criptografia destas informações. Abaixo os requisitos para a criptografia de dados de cartão.

- 5.1. Determine um reservatório central para os dados criptografados.
- 5.2. Obtenha uma solução de criptografia robusta que utilize algoritmos públicos com chaves de no mínimo 128-bits para criptografia simétrica e 1024-bits para criptografia assimétrica.
- 5.3. Garanta que a informação seja criptografada e decriptada no momento do acesso ao repositório e não haja cache com informações em texto claro em memória não volátil.
- 5.4. Estabeleça um processo formal de, no mínimo dupla custódia, para a definição das chaves de criptografia.
- 5.5. Proteja as partes da chave, limitando seu acesso ao menor número de pessoas possíveis.
- 5.6. Troque as chaves criptográficas pelo menos uma vez por ano ou imediatamente para os casos de suspeita de seu comprometimento.

Versão do Desenvolvedor de Software

1. Vulnerabilidades no desenvolvimento de software

Atualmente boa parte dos ataques contra aplicações web ocorrem devido a falhas no desenvolvimento de software que deixam brechas para a entrada de um invasor. Estas vulnerabilidades podem ter origem em todas as etapas do processo de desenvolvimento de software, desde ao design até a administração do sistema.

1.1. Falhas no Design

São os problemas gerados no planejamento da Aplicação Web, quando estas são desenhadas e desenvolvidas sem que haja a preocupação com o nível de segurança. Controlar acessos aos aplicativos somente por meio de quais menus cada usuário poderá ver ou simplificações no acesso a base de dados são exemplos comuns de falhas deste tipo.

1.2. Falhas na Arquitetura

São as vulnerabilidades associadas à segmentação de redes, implementação de ativos de TI e informações que possam comprometer o ambiente analisado. Manter o banco de dados que suporta um web site na DMZ possibilitando o acesso remoto externo sem autenticação, é um exemplo comum. É comum ainda a presença de protocolos de comunicação com falhas que podem ser exploradas para burlar o processo de criptografia estabelecido.

1.3. Falhas no Código

São falhas relacionadas à maneira em que as empresas constroem suas aplicações corporativas, frameworks e demais componentes de software. É a camada onde são identificadas as falhas mais comuns.

1.4. Falhas na Administração

Problemas gerados não pela Aplicação Web em si, mas sim pela forma como ela é administrada onde os conceitos de proteção não são aplicados como esperado. Exemplos comuns ocorrem na remoção de determinados controles previamente planejados, como a mudança de senhas fortes para controles mais fracos a pedido de uma área, para atender a uma necessidade de negócio que não tenha tido o seu nível de risco devidamente avaliado.

2. Proteção do software

Proteger aplicações web requer a implementação de controles de segurança em todo ciclo de vida do desenvolvimento de software. Abaixo as principais regras para melhorar o nível de segurança do software desenvolvido em sua empresa, contemple-as em sua metodologia de desenvolvimento de software.

Obs.: As regras definidas neste documento, embora garantam uma elevação considerável do nível de segurança em aplicações web, não encerram completamente a questão. É importante que os desenvolvedores se mantenham atualizados com relação às novas vulnerabilidades e contramedidas a serem aplicadas em seu software. A participação em

fóruns como o OWASP², o estudo e a constante atualização em sites especializados são altamente recomendáveis.

- 2.1. Mantenha os desenvolvedores sempre atualizados com relação às novas vulnerabilidades e formas de proteção.
- 2.2. Nunca armazene usuários e senhas ou chaves criptográficas de sua aplicação no código fonte. Procure utilizar serviços de autenticação como o RADIUS ou criptografar estes dados.
- 2.3. Nunca permita que a sua aplicação receba dados de usuários e senhas em texto claro. Utilize sempre do protocolo SSL.
- 2.4. Estabeleça uma política de senhas para a sua aplicação que de acordo com as regras abaixo:
 - 2.4.1. Comprimento mínimo de 8 caracteres;
 - 2.4.2. Período de expiração de no mínimo 45 dias;
 - 2.4.3. Obrigatoriedade de que a senha seja composta de caracteres numéricos e alfanuméricos;
 - 2.4.4. Obrigatoriedade de o usuário, ao compor uma nova senha não utilize nenhuma das quatro senhas anteriores.
- 2.5. Não envie a senha por e-mail nos casos em que o usuário executa a função "esqueci minha senha". Procure usar mecanismos como o de pergunta secreta, etc.
- 2.6. Não armazene cookies com o usuário e a senha, mesmo que criptografados, na estação do usuário.
- 2.7. Se certifique que a função de "logout" de sua aplicação realmente encerra completamente a sessão.
- 2.8. Insira um botão de "logout" em cada uma das páginas.
- 2.9. Conceda ao usuário de serviço de sua aplicação somente os acessos mínimos para o seu funcionamento. Nunca o defina como root, administrador ou sa.
- 2.10. Desenvolva permissões de acesso de acordo com cada funcionalidade da aplicação e não por menus.
- 2.11. Implemente mecanismos validação da entrada de dados em sua aplicação impedindo que seja possível a inserção de dados de um tamanho ou tipo (numérico, alfanumérico, data/hora, etc.) que contrarie a regra de negócio estabelecida no sistema.³

3 Mais informações sobre como implementar os mecanismos de validação de dados em http://ufpr.dl.sourceforge.net/project/owasp/Guide/2.0.1/OWASPGuide2.0.1.pdf

² O OWASP é um fórum internacional, aberto e sem fins lucrativos que reúne profissionais com o objetivo de documentar vulnerabilidades em aplicações web e suas formas de prevenção. Anualmente o OWASP divulga o Top 10 com as dez falhas mais exploradas globalmente. Mais informações em https://www.owasp.org/index.php/Main_Page

- 2.12. Implemente mecanismos de geração de logs, sobretudo para as transações críticas.
- 2.13. Armazene os logs em arquivos ou bancos de dados com acesso disponível somente às equipes de infraestrutura.
- 2.14. Realize o tratamento de erros impedindo a ocorrência de mensagens de erro com origem no sistema de banco de dados ou no webserver.
- 2.16. Se o nome do portador do cartão e a data de vencimento forem armazenados em conjunto com o numero do cartão estes deverão estar em modo criptografado.
- 2.17. Não armazene em hipótese alguma as informações do código de segurança.
- 2.18. Estabeleça uma política de descarte dos dados do cartão em no mínimo um ano.
- 2.19. Não armazene informações de produção nos ambientes de desenvolvimento e homologação.
- 2.20. Remova todas as informações e contas de usuário de testes ao migrar o sistema para o ambiente de produção.
- 2.21. Estabeleça procedimentos, com periodicidade ao mínimo anual, de teste de intrusão com foco na tentativa de exploração de vulnerabilidades em aplicações web.
- 2.22. Elimine as vulnerabilidades reportadas em, pelo menos um mês após a detecção.

Glossário

Antivírus – Programa com o objetivo de proteger o computador contra vírus.

Autenticação – Mecanismo de validação da identidade de um usuário no momento que este acessa um sistema.

Certificado digital – Mecanismo utilizado para estabelecer a comunicação entre computadores com segurança.

Código fonte – Instruções em uma determinada linguagem de programação que, em conjunto compõem um software.

Cookie – Mecanismo utilizado em aplicações web que armazena dados de acesso na estação do usuário possibilitando a persistência de uma sessão de acesso. Um exemplo, são os cookies que armazenam informações de conexão para que o usuário não tenha que digitá-las novamente em outras visitas ao site.

Criptografia – Conjunto de técnicas com o objetivo e proteger uma informação de modo que esta só possa ser compreendida pelos remetente e pelo destinatário. O que protege a mensagem criptografada é a chave criptográfica, esta seria um segredo trocado previamente entre o remetente e o destinatário por meio do qual as mensagens serão criptografadas.

Criptografia Assimétrica – Forma de criptografia na qual o remetente e o destinatário não possuem a chave inteira mas sim partes dela que quando combinadas permitem decriptar a informação.

Criptografia Simétrica – Forma de criptografia na qual tanto o remetente quanto o destinatário compartilham a mesma chave para criptografar e decriptar informações.

DMZ - Abreviação de *demilitarized zone* (em português, zona desmilitarizada). Termo com origem no vocabulário militar que foi adaptado na informática para definir uma área de rede entre a rede interna e a internet.

Dupla custódia - Processo no qual uma chave de criptografia ou senha é elaborada por duas pessoas. Cada uma delas insere no sistema uma parte da chave. As duas partes são escritas e lacradas em envelopes separados e armazenados em cofre.

Firewalls — Dispositivos com a função de segregar redes realizando a proteção de um determinado perímetro. Nos firewalls os administradores determinam quais conexões são permitidas de uma rede para a outra.

Framework – Conjunto de conceitos técnicos que orienta o desenvolvimento de software.

FTP – File Transfer Protocol. Protocolo utilizado em redes de computadores para a transferência de arquivos.

HTTPS - HyperText Transfer Protocol Secure. Protocolo de acesso a páginas na internet com criptografia.

IDS – Intrusion Detection System – Mecanismo utilizado para analisar o comportamento do tráfego em uma rede e, com base em uma biblioteca de comportamentos conhecidos detectar e alertar o administrador sobre uma possível invasão.

IPS – Intrusion Prevention System – Semelhante ao IDS, entretanto com a funcionalidade de executar uma ação (o bloqueio da comunicação, por exemplo) quando um possível ataque é detectado.

Logon – Ato de acessar um sistema após o processo de autenticação (digitação do usuário e a senha, por exemplo).

Logout – Ato de encerrar o acesso a um sistema.

Logs – Também conhecidos como trilhas de auditoria. São arquivos ou bancos de dados com o registros de atividade de um determinado sistema ou dispositivo.

Memória não volátil – Memória na qual o conteúdo armazenado não é eliminado após o computador ser desligado. Por exemplo, discos rígidos, pendrives, CD-ROM, etc.

NAT - Network Address Translation – Técnica que consiste na conversão do endereço IP de origem em meio a uma conexão. Muito usado em situações nas quais computadores de uma rede interna precisam acessar endereços da Internet. Nestes casos, embora a conexão parta de um determinado endereço, este é alterado na saída para a Internet de modo que o endereço interno não é divulgado externamente.

Portas TCP/IP – Elemento utilizado em redes de computadores para separar a comunicação de dos protocolos. Exemplo: o protocolo FTP utiliza por padrão a porta 21.

Protocolos – Conjunto de regras que determinam formas de comunicação entre computadores.

PROXY-ARP – Mecanismo que possibilita a definição de somente um endereço IP para várias redes.

RADIUS - Remote Authentication Dial In User Service – Mecanismo com o objetivo de autenticar acessos a um determinado sistema. Mais informações em http://freeradius.org/

Root – Usuário administrador padrão de sistemas operacionais UNIX e Linux.

Roteadores – Equipamentos utilizados para estabelecer a comunicação entre duas ou mais

redes de computadores.

SA – Usuário administrador padrão de sistemas de banco de dados SQL da Microsoft

Scan – Atividade de varredura presente em sistemas de antivírus ou ferramentas de análise de vulnerabilidades que realizam um scan em vários detalhes de um computador em busca de falhas.

SFTP – Protocolo FTP com uma camada de criptografia.

Software – Programa ou código executável para computador ou dispositivo semelhante.

SOURCE-Routing — Propriedade presente em alguns roteadores que possibilita ao usuário do computador de origem determinar uma rota de acesso remotamente. Seria como se este usuário tivesse a possibilidade de definir qual caminho seguiria em uma determinada conexão. Este é um mecanismo usado para ataques.

SSH — Protocolo que permite o estabelecimento de uma sessão remota com criptografia. Geralmente utilizado por administradores para gerenciar servidores e dispositivos de rede à distância.

SSL – Protocolo que estabelece criptografia em uma conexão a sites na internet. A presença da expressão HTTPS:\\ no endereço de um site geralmente é um indicativo de que a conexão está criptografada com SSL.

SSLv3 – Versão 3 do SSL.

Stateful inspection – Mecanismo presente em alguns firewalls no qual cada fragmento da conexão é inspecionado em busca de ataques.

Switches – Equipamentos utilizados para conectar computadores em uma rede.

TELNET - Protocolo que permite o estabelecimento de uma sessão remota. Geralmente utilizado por administradores para gerenciar servidores e dispositivos de rede à distância.

Teste de intrusão – Procedimento no qual um profissional aplica técnicas de ataque na rede ou sistemas de seu cliente com o intuito de reportar as vulnerabilidades do ambiente.

Tratamento de erros – Atividade do processo de desenvolvimento de sistemas que consiste em prever falhas na aplicação e definir mensagens de erro específicas para cada cenário de erro.

Usuários de serviço – Contas de acesso utilizadas por sistemas.

Vírus – Softwares com o objetivo de danificar computadores.

VPN – Virtual Private Networks – Meio de conexão remota criptografada na qual computadores

podem estabelecer conexão entre si através da internet.

Webserver – Servidor com o objetivo hospedar páginas ou outros serviços disponíveis na internet.

WEP - Wired Equivalent Privacy – Mecanismo de autenticação em redes wireless obsoleto e com baixo nível de segurança.

WPA - Wi-Fi Protected Access – Mecanismo de autenticação em redes wireless o qual substituiu o WEP, mas também é considerado pouco seguro.

WPA2 – Evolução do WPA, com maior nível de Segurança.